



Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas
Estado de Minas Gerais

Administração 2017/2020

DECRETO MUNICIPAL Nº 112, DE 11 DE ABRIL DE 2018.

Autoriza o Executivo Municipal a promover contratação temporária, por excepcional interesse público, de Auxiliar de Controle de Vetores

O **PREFEITO MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS**, Estado de Minas Gerais, Marcus Vinícius de Almeida Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 79, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a necessidade de desenvolver ações de vigilância em saúde, no âmbito do Sistema de Saúde do município, nos termos estabelecidos no art. 18, inciso IV, da Lei nº 8.080/90;

CONSIDERANDO que é autorizado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, autoridade máxima do Sistema Único de Saúde - SUS de âmbito municipal, a determinar e executar as medidas necessárias à prevenção e ao controle das doenças causadas pelos vírus da dengue, do chikungunya e da zika, quando em situação de iminente perigo à saúde pública pela presença desses vetores, enquanto perdurar a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, conforme disposto no art. 1º, da Lei Federal nº 13.301/2016;

CONSIDERANDO a permanência de situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN, declarada através do Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a responsabilidade do município, através da Secretaria Municipal de Saúde, na coordenação do componente municipal dos Sistemas Nacionais de Vigilância em Saúde, no âmbito de seus limites territoriais, de acordo com a política, diretrizes e prioridades estabelecidas, compreendendo as ações de vigilância em saúde elencadas no art. 11, da Portaria nº 1.378/2013, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Saúde contempla, dentre outras ações de vigilância em saúde, o controle de arboviroses, doenças transmitidas por insetos, a exemplo do mosquito da dengue;

CONSIDERANDO o ofício nº 0070/2018 – SMS, datado de 11/04/2018, oriundo da Secretaria Municipal de Saúde, o qual informa a

necessidade de contratação de pessoal para executar ações de mobilização, mutirões de limpeza e promoção à saúde, com vistas à prevenção e controle de doenças transmitidas por insetos (dengue, chikungunya e zica vírus) no município de Rio Pardo de Minas;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 5.483, de 17 de novembro de 2016, da Secretaria de Estado de Saúde, que instituiu o incentivo financeiro complementar para execução de ações de vigilância e controle das arboviroses urbanas transmitidas pelo *Aedes aegypti*, Dengue, Zica e Chikungunya, notadamente, o que dispõe o art. 2º da referida Resolução que estabelece que o incentivo financeiro tem como objetivo fortalecer as atividades de prevenção, vigilância e controle de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* no território municipal por meio de auxílio financeiro complementar, em conformidade com as diretrizes do SUS.

CONSIDERANDO o interesse público para atender programa emergencial, visando a prevenção e o controle de vetores tais como, dengue, chikungunya e zica vírus no município de Rio Pardo de Minas, sendo que o art. 37, IX da Constituição Federal permite a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e, ainda, nesses termos, a Lei Municipal nº 1.185/01 e suas alterações autorizam a contratação temporária para atendimento a programas de governo de caráter transitório, em campanha de saúde pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover contratação de pessoal por tempo determinado, pelo prazo de 30 (trinta) dias, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, conforme dispõe o artigo 37, IX da Constituição Federal e o artigo 2º, III, da Lei Municipal nº 1.185/01, com vistas a prestação de serviços, de caráter eventual, temporário e excepcional, na execução de ações de vigilância, prevenção e controle vetorial, mobilização social, bem como na limpeza de imóveis públicos e particulares e vias públicas, com a retirada de entulhos e outros resíduos, para atender programa emergencial, visando a prevenção e o controle de arboviroses (dengue, chikungunya e zica vírus) no município de Rio Pardo de Minas.

Art. 2º - O contrato será de natureza administrativa, precário e temporário, ficando o contratado sujeito aos mesmos deveres de proibições vigentes para os demais servidores públicos municipais, inclusive no que se refere à acumulação de cargos, empregos e funções públicas, bem como ao mesmo regime de responsabilidade em vigor.

Art. 3º - O prazo da contratação será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, observando-se a necessidade dos serviços informada pela Secretaria Municipal de Saúde, devendo constar do instrumento contratual a data de início e fim do contrato.

Art. 4º - O instrumento contratual deverá ser elaborado com observância ao disposto no art. 4º, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 1.185/01, ressaltando que a função a ser desempenhada é de **Auxiliar de Controle de Vetores** para prestação dos serviços descritos no art. 1º deste Decreto, sendo desnecessária a exigência de grau de escolaridade, haja vista a natureza dos serviços a serem prestados, devendo, ainda, constar de forma expressa que a contratação destina-se a atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 2º, III, da Lei Municipal nº 1.185/01, sem qualquer vínculo empregatício com o contratante.

Art. 5º - Em razão da natureza temporária da prestação dos serviços é despendida a criação de novos cargos ou funções para atender a situação emergencial descrita no art. 1º do presente ato normativo.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas/MG, 11 de abril de 2018.



MARCUS VINÍCIUS DE ALMEIDA RAMOS
Prefeito Municipal de Rio Pardo de Minas